



## BOLETIM INFORMATIVO – MAIO 2021

**Edição nº. 07 - Ano 27 - CRC/RS 3.112**

### **DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL JÁ PODE SER PAGO VIA PIX**

Sistemas da Receita Federal estão evoluindo para permitir pagamento via Pix, tornando a regularização de pendências mais rápida e acessível. A alteração mais recente ocorreu no sistema de pagamento do Simples Nacional.

O Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) é a mais nova opção de tributo administrado pela Receita Federal a ser atualizada para pagamento via Pix. Documento agora é emitido com QR Code, que pode ser lido pelo aplicativo do banco.

O pagamento do DAS é realizado mensalmente pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais optantes pelo Simples Nacional. Existem aproximadamente, 16 milhões cadastrados no regime que serão beneficiados com o novo formato, já que a possibilidade de pagamento dos débitos via Pix simplifica e agiliza a regularização fiscal do empresário e empreendedor.

Tal modalidade de pagamento vem sendo gradualmente habilitada nos tributos administrados pela Receita Federal. A emissão do Darf pelo relatório de situação fiscal com esta possibilidade já havia sido habilitada no final do ano passado.

Com o pagamento de Darf via Pix, a situação fiscal é atualizada mais rapidamente, permitindo a emissão de certidão negativa de débitos da Receita Federal em menos tempo.

O novo formato de pagamento do Simples Nacional é mais uma opção, sendo um meio mais simples e prático para o cidadão que precisa regularizar mensalmente a sua empresa. A medida também faz parte de planejamento da Receita Federal, que tem como objetivo agilizar, para a população, os meios de regularização fiscal relacionados aos tributos federais. Fonte: Receita Federal

### **INOVAÇÃO PERMITE PAGAR DÍVIDAS COM UM SÓ DARF**

Com emissão de débitos pendentes em único DARF, valores inferiores a 10 reais poderão ser incluídos para pagamento, quando a soma superar o valor mínimo.

A unificação dos débitos pendentes no mesmo DARF, adotada pelo sistema da Receita Federal, promove agilidade e simplifica o pagamento de impostos e contribuições federais.

O sistema junta os saldos devedores no relatório da situação fiscal para emissão de um DARF único, que pode ser pago, inclusive, via Pix.

Como consequência da unificação, débitos inferiores a 10 reais, que antes não eram cobrados, passam a ser somados com outros valores para permitir o pagamento.

Assim, dívidas abaixo de 10 reais poderão ser cobradas e pagas por meio de DARF único, emitido diretamente pelo sistema, quando existirem outros valores que, somados, superem o valor mínimo para sua emissão. Basta selecionar os débitos na situação fiscal e emitir o DARF. Fonte: Receita Federal

## DIFERENCIAL DE ALIQUOTA

Conforme previsto no §4º do artigo 46 do Livro I do RICMS/RS, no recebimento de mercadoria de outra UF, exceto as relacionadas no Apêndice II, Seções II e III, é devido o diferencial de alíquotas relativo à operação subsequente, ou seja, comercialização ou industrialização.

A Nota 05 do §4º do artigo 46 do Livro I do RICMS/RS, dispensa do recolhimento deste diferencial de alíquotas das mercadorias recebidas para industrialização quando a alíquota, da operação interestadual, for superior a 4%.

Com a alteração da Nota 05 do §4º do artigo 46 do Livro I do RICMS/RS, dada pelo Decreto 55.693/2020, a partir de 01/04/2021, ficará dispensado deste diferencial de alíquotas as operações em que o resultado da diferença entre a alíquota interna e a interestadual, seja igual ou inferior a 6%.

Desta forma, até 31/03/2021 fica dispensado o diferencial de alíquotas devido nas operações interestaduais com mercadoria destinada industrialização de contribuinte do ICMS, quando a operação interestadual estiver sujeita a alíquota interestadual superior a 4%.

E a partir de 01/04/2021 fica dispensado deste diferencial, quando o resultado da diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual for igual ou inferior a 6%.

Sendo assim, a partir de 01/04/2021 somente será devido o diferencial na entrada de mercadoria destinada a comercialização ou industrialização quando o resultado do diferencial for superior a 6%.

Exemplificando:

Alíquota interna 17,5% - alíquota interestadual 4% = 13,5% é devido o diferencial

Alíquota interna 17,5% - alíquota interestadual 12% = 5,5% não é devido o diferencial.

Ressaltando que, o diferencial de alíquotas devido nas entradas de mercadoria em operação interestadual destinado a contribuinte do ICMS para uso, consumo ou ativo imobilizado não sofreram alterações, logo, nestas operações continua sendo devido normalmente o diferencial de alíquotas, conforme previsto no Livro I, Art. 16, Inciso I, Alínea "f", nota 01 do RICMS/RS.

<h1 style="text-align: center;">Antecipação</h1> <h2 style="text-align: center;">ICMS - RS</h2> <p style="text-align: center;">Como vai ficar a partir de abril/2021</p>			
Alíquota Interestadual	Alíquota Interna	Diferença	Paga: Sim ou Não
4	12	8%	S
4	17,5	13,50%	S
4	25	21%	S
12	12	0%	N
12	17,5	5,5%	N
12	25	13%	S

## DECRETO Nº 55.693, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

Decreto 55.693:

Alteração na antecipação (Livro I, art. 46, §4º);

Dispensa da antecipação:

Aquisições de fora do Estado para industrialização quando vier a 4%;

Aquisições de fora do Estado quando o percentual do Difal for igual ou inferior a 6%;

Produção de efeitos para março e abril de 2021, conforme especifica.

## DECRETO Nº 55.693, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

ALTERAÇÃO Nº 5423 - No art. 46 do Livro I, a nota 05 do § 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"NOTA 05 - O disposto neste parágrafo não se aplica:

a) **até 31 de março de 2021**, a mercadorias recebidas para industrialização quando a alíquota, na operação interestadual, for superior a 4% (quatro por cento);

b) **a partir de 1º de abril de 2021**, na hipótese em que a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, aplicáveis às respectivas operações, seja igual ou inferior a 6% (seis por cento)."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/2021.

## **MEI DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO ANUAL 2021 ATÉ DIA 31 DE MAIO DE 2021**

Considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 do Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00, optante pelo Simples Nacional.

Para estar em dia com o seu negócio, a data limite de 31 de maio é muito importante, já que é o dia final para os MEIs registrados no Brasil apresentarem sua Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-Simei), referente aos rendimentos do ano de 2020.

Como parte das obrigações do MEI, a DASN, é a declaração dos valores dos faturamentos obtidos pelo microempreendedor em 2020.

Com teto de faturamento de R\$ 81 mil por ano, independente do valor faturado, é necessário o MEI realizar a entrega da Declaração Anual todos os anos, mesmo que não tenha tido faturamento no período vigente.

Se a declaração for enviada em atraso, o valor mínimo da multa é de R\$ 50,00 ou 2% ao mês-calendário ou fração, sobre o total dos tributos da empresa. A multa recebe um desconto de 50% para pagamento até o vencimento da darf emitida pelo sistema.

## **RECEITA FEDERAL PUBLICA NOVAS REGRAS SOBRE DOCUMENTOS DIGITAIS**

A Receita Federal publicou no dia 27/04/2021 a Instrução Normativa RFB nº 2022 que regulamenta a entrega de documentos digitais e a tramitação de processos digitais. Com as novas regras, a entrega de documentos será realizada, obrigatoriamente, no formato digital e exclusivamente por meio do Portal e-CAC.

As empresas optantes pelo Simples Nacional somente poderão entregar documentos presencialmente quando o serviço de protocolo disponível no e-CAC exigir assinatura digital por meio de certificado digital emitido pela ICP-Brasil.

Outra inovação é a extinção do termo "Dossiê Digital de Atendimento" (DDA) que passa a ser tratado unicamente como "Processo Digital". Acompanhando a simplificação dos procedimentos, também deixa de ser necessário o formulário Sodea (Solicitação de Dossiê Digital de Atendimento) para protocolar documentos em unidades de atendimento. O contribuinte precisa apenas apresentar os documentos específicos do serviço para que o servidor da Receita Federal realize a abertura do processo. Fonte: Receita Federal



## Agenda das Principais Obrigações Maio/2021



DIAS	COMPROMISSOS
03/05	<b>Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de abril 2020</b>
07/05	SALÁRIOS - ABRIL DAE - DOMÉSTICAS GFIP - ABRIL
11/05	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/05/2021</b>
12/05	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - ABRIL ICMS - COMÉRCIO - ABRIL ICMS - INDÚSTRIA - ABRIL ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - MARÇO
17/05	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - ABRIL
20/05	GPS - ABRIL IRF - ABRIL IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - ABRIL (PRORROGADO PARA 20/09)
21/05	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - ABRIL
21/05	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/05/2021</b>
24/05	ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - MARÇO ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - SIMPLES NACIONAL - MARÇO
25/05	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - ABRIL COFINS - ABRIL PIS - ABRIL
31/05	<b>Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente março 2020</b>
31/05	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ABRIL - ESTIMATIVA IRPJ - ABRIL - ESTIMATIVA
01/06	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/05/2021</b>



**Curta nossa página no Facebook e Instagram:**

**@visaocont**

**VILLAGIO IGUATEMI 54 3026 4646**  
**Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade**